

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Econômico

Lucca Henrique Gustafson Rodrigues¹

Resumo: Este ensaio tem como objetivo analisar quais são as contribuições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o debate internacional sobre o desenvolvimento, especialmente no contexto dos países em desenvolvimento. A partir de uma discussão com a literatura, argumenta-se que os ODS estão intrinsecamente ligados entre si e que seu sucesso depende de como os países os incorporarão em um planejamento de desenvolvimento nacional (territorialização). Para os países em desenvolvimento, defende-se que abordar as questões econômicas ao mesmo tempo em que os ODS são perseguidos oferece uma ampla oportunidade para unir o desenvolvimento sustentável, econômico e social. Essa abordagem possibilita a incorporação crítica dos ODS como missões para as políticas econômicas nacionais.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Social.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília. E-mail: lucca1509@gmail.com.

1 Introdução

A Agenda 2030 é o resultado de um debate de mais de três anos sobre o futuro do desenvolvimento internacional. Ela desenvolveu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma nova estrutura para discutir e medir o desenvolvimento sustentável e também para fornecer um plano de ação internacional (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Os ODS vieram para substituir o quadro anterior, que era representado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e que expirou em 2015. A nova agenda visa a construir sobre os ODM, mas superar suas deficiências e também expandir seus objetivos (FUKUDA-PARR, 2016). Enquanto os ODM eram compostos por 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores, a Agenda 2030 é um conjunto de 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores.

Os ODS também são uma estrutura muito mais audaciosa e complexa. Eles lidam com questões abstratas, como sustentabilidade, resiliência e equidade, que estavam longe de ser representadas pelos ODM. O processo político que elaborou os ODS e suas consequências também é bastante diferente daquele da agenda de desenvolvimento pré-2015. Além disso, os ODS objetivam propor um plano que seja “integrado e indivisível e que equilibre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (AGNU, 2015, p. 1).

Essa abordagem multideterminada está no cerne da Agenda 2030 e representa vários aspectos e perspectivas sobre o que significa desenvolvimento. Menezes (2019) enfatiza que seria irrealista que todos os países-membros da ONU concordassem com um único projeto de desenvolvimento e esta é uma das razões pelas quais os ODS são tão amplos. Nesse sentido, ele destaca que os ODS não devem ser concebidos como uma “receita de bolo”, mas sim como uma referência importante e um compromisso internacional. Essa falta de definição estrita poderia ser vista como uma fraqueza da agenda, mas, como se argumentará, essa é na verdade uma das principais oportunidades para o seu sucesso.

Embora os ODS incorporem três perspectivas diferentes do processo de desenvolvimento – a ambiental, a social e a econômica –, nossa discussão dará atenção especial a esta última. As questões principais são responder qual é a visão da Agenda 2030 sobre o desenvolvimento econômico e como os ODS podem

lançar uma nova luz sobre essa questão. Isso nos permitirá construir uma nova perspectiva interconectada sobre as variáveis econômicas e não econômicas que estão no cerne da estrutura dos ODS.

Nesse contexto, a Agenda 2030 é considerada um excelente ponto de partida e um motor para o desenvolvimento econômico, conforme definido pela própria agenda. Esse conjunto de metas interconectadas e de relevância global possibilita o crescimento econômico ao mesmo tempo em que se atende a desafios nacionais. Isso será descrito como um projeto de missões de desenvolvimento, que se encaixa explicitamente na proposta ampla dos ODS.

Para tanto, o presente ensaio visa fazer uma abrangente revisão de literatura, mas não exaustiva, sobre a relação entre os ODS e o desenvolvimento econômico. A pesquisa buscou trazer autores que se complementem na visão de que a Agenda 2030 pode ser usada em favor dos países em desenvolvimento na tentativa de romper com a estrutura centro-periferia. A incorporação crítica das ODS no processo de territorialização é fundamental para o argumento aqui construído.

Na primeira seção, serão apresentados os ODM. Na segunda seção, será apresentada as inovações dos ODS. Na terceira seção, será discutido o papel do Estado e das políticas industriais no desenvolvimento. Na quarta seção, será argumentado como o desenvolvimento econômico pode se beneficiar dos ODS e quais são os principais aspectos positivos que os países subdesenvolvidos lucram com essa abordagem. Por fim, haverá uma conclusão.

Tabela 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
ODS 1 - Erradicação da pobreza	ODS 10 - Redução das desigualdades
ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
ODS 3 - Saúde e bem-estar	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
ODS 4 - Educação de qualidade	ODS 13 - Ação contra a mudança do clima
ODS 5 - Igualdade de gênero	ODS 14 - Vida na água
ODS 6 - Água potável e saneamento	ODS 15 - Vida terrestre
ODS 7 - Energia limpa e acessível	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes
ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	ODS 17 - Parcerias e meios de implementação
ODS 9 - Indústria inovação e infraestrutura	

Fonte: Assembleia Geral das Nações Unidas (2015). Elaboração própria.

2 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sob a Perspectiva dos ODS

Antes de 2015, os ODM ainda dominavam o debate multilateral sobre o desenvolvimento, mas novas questões estavam sendo colocadas nessa arena. Fehling, Nelson e Venkatapuram (2013) sugerem que houve um relativo consenso sobre a relevância dos ODM no aumento do bem-estar mundial, mas esse processo parece ter sido limitado e desigual entre os países. Os autores apontam ainda que a literatura sobre os ODM começou muito otimista, mas, ao chegar perto de seu fim, importantes críticas foram feitas. Nesse contexto de repensar as prioridades internacionais de desenvolvimento, a Conferência Rio+20 convocou um Grupo de Trabalho Aberto, que elaborou o documento aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2015, “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

As negociações da Agenda 2030 resultaram em uma nova estrutura composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), suas 169 metas e 231 indicadores. Essa foi uma grande expansão dos 8 ODM e suas 21 metas e 60 indicadores. Não é apenas nos números que as duas agendas diferem – Fukuda-Parr (2016) argumenta que elas são diferentes nos propósitos, na concepção e no processo político que levou à sua elaboração.

Fukuda-Parr (2016) aponta que os ODM eram basicamente uma agenda de ajuda Norte-Sul, com foco no alívio da pobreza. Ela também assinala que os ODM foram elaborados com pouca consulta à sociedade civil e, principalmente, escritos por tecnocratas. Por outro lado, os ODS são uma agenda global para o desenvolvimento sustentável, que foi elaborada com grande participação do setor privado, organizações da sociedade civil e outras instituições multilaterais nas negociações trienais anteriores à apresentação da Agenda 2030. A partir disso, para melhor avaliar a agenda pós-2015, é necessário remontar a algumas considerações específicas sobre os ODM.

Em primeiro lugar, eles foram construídos como parâmetros concretos e mensuráveis para os países subdesenvolvidos alcançarem. Sachs (2012) defende que essas metas e indicadores tangíveis foram fundamentais para o progresso da agenda

e para facilitar a conscientização, mobilização, defesa e explicação ao público. No entanto, Fukuda-Parr, Greenstein e Stewart (2013) indicam que muitos países usaram essas metas como substitutos ao planejamento nacional, sem considerar as prioridades, a viabilidade, os recursos e os *trade offs* reais do país.

Além disso, os ODM deram atenção excessiva ao cumprimento de metas mínimas e pouco abrangentes, como erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar o ensino fundamental universal e reduzir a mortalidade infantil. Essa forma de olhar para as questões de desenvolvimento levou a uma excessiva parametrização das metas e problemas de agregação de dados (LIVERMAN, 2018). Dessa forma, embora esses fossem, e ainda sejam, problemas extremamente relevantes, os ODM são frequentemente rotulados de “Objetivos Mínimos do Desenvolvimento” por isso (HARCOURT, 2005).

Em segundo lugar, essa atenção excessiva à pobreza levou a um diagnóstico dominante que via as restrições financeiras como o principal dilema dos países subdesenvolvidos. Assim, a ajuda internacional foi considerada como tendo um papel importante em ajudar a cumprir os ODMs, preenchendo lacunas de financiamento. Economistas como Easterly (2003, 2004) e Reinert (2007, 2008) questionam esse diagnóstico. Além disso, Reinert (2007) também argumenta que os ODM criaram um “colonialismo do bem-estar”, no qual os países tornaram-se dependentes da ajuda porque não puderam criar uma estrutura econômica diversa e independente para impulsionar a produtividade e o crescimento da renda endogenamente.

A terceira lacuna dos ODM deriva do fato de que toda a agenda pré-2015 foi construída por tecnocratas em discussões fechadas. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos criticou a abordagem estreita dos ODM, com base na suposição tecnocrática de que a tecnologia e os recursos financeiros são a resposta para a pobreza. Saith (2007) também questiona a validade de usar o progresso tecnológico e decisões *trickle down* como solução para problemas de desenvolvimento.

3 Indo Além com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Por outro lado, os ODS foram impulsionados por um intrincado e contínuo processo de negociação entre ONU, sociedade civil, iniciativa privada e outras organizações multilaterais (FUKUDA-PARR, 2016; MENEZES, 2019). Essa mudança de processo é bem exemplificada pelo papel diferente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na construção dos ODM e ODS. O oitavo ODM reconheceu muitos aspectos iniciais da pobreza, como saúde, educação e gênero, mas negligenciou o vínculo do trabalho com a pobreza (FREY; MACNAUGHTON, 2016). A OIT declarou que essa falta de preocupação com as qualificações da mão de obra era problemática para as discussões sobre desenvolvimento e, na revisão dos ODM da Cúpula Mundial de 2005, o emprego pleno e produtivo, bem como as condições de trabalho decentes foram discutidos. Frey e MacNaughton (2016) assinalam que a OIT queria a criação de um novo objetivo, mas o resultado foi apenas a adição de uma nova meta, que funcionou como um gesto simbólico, embora insuficiente.

Após o lançamento do documento “*The Future we want*” (UNITED NATIONS, 2012) como declaração final da Rio+20, o Grupo de Trabalho Aberto estabeleceu processos de consulta global com múltiplos grupos temáticos de interesse, pesquisas eletrônicas globais com a sociedade civil, consultorias empresariais e consultorias acadêmicas e científicas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT GROUP, 2013). A OIT ocupou o cargo de co-presidente do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Crescimento e o Emprego. Essa mudança na elaboração dos ODS deu à questão do trabalho um único ODS (8) que dita sobre “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (AGNU, 2015, p. 21-22).

Desse mesmo modo, muitos outros objetivos foram sujeitos a pressões e debates multilaterais. A Agenda 2030, neste sentido, tornou-se um quadro muito mais completo e menos arbitrário, em consonância com os princípios básicos dos direitos humanos de universalidade, transparência, participação, igualdade, não discriminação e responsabilidade, do que os ODM (FREY; MACNAUGHTON, 2016). Essa mudança na elaboração do processo político da agenda possibilitou

a introdução de conceitos mais complexos na discussão do desenvolvimento, como sustentabilidade e inclusão (FUKUDA-PARR, 2016). Vale ressaltar que essa complexificação da agenda é criticada por autoras como Liverman (2018), a qual argumenta que isso pode dificultar o desenho de políticas públicas e gera contradições entre diferentes ODS.

Ainda assim, Menezes (2019) sugere que essa estrutura complexa dentro dos ODS possui aspectos positivos ao torná-los uma responsabilidade e um compromisso global. Essa percepção é completamente diferente da agenda pré-2015. Os ODMs eram principalmente metas de redução da pobreza em países subdesenvolvidos e criaram uma visão *ghettonized* do debate sobre o desenvolvimento, o qual se tornou um problema exclusivo de alguns países pobres (SAITH, 2007). Os ODS, no entanto, desempenham um papel único na definição do desenvolvimento como uma necessidade global, na qual os países desenvolvidos e em desenvolvimento devem se engajar juntos para alcançá-los. Nesse sentido, a cooperação global e o fortalecimento da governança multilateral são necessárias para maximizar o potencial da agenda em mudar o discurso de desenvolvimento anterior e abrir possibilidades para reformas.

Essa modificação na perspectiva do desenvolvimento é exemplificada pela introdução da desigualdade no debate. Enquanto a pobreza é um problema enorme e urgente a ser vencido, a desigualdade tem ganhado uma importância cada vez maior nas últimas décadas, e essa questão afeta regiões igualmente desenvolvidas e subdesenvolvidas (DOYLE; STIGLITZ, 2014; FREISTEIN; MAHLER, 2016; FUKUDA-PARR, 2010; SAITH, 2007; SAIZ; DONALD, 2017).

Além disso, essa integração não deve ser concebida apenas entre os países, mas também na própria construção da agenda. Stafford-Smith *et al.* (2017, p. 911, tradução nossa) assinalam que três áreas devem receber atenção especial às suas conexões “entre setores (e.g. finanças, agricultura, energia e transportes), entre atores sociais (autoridades locais, agências governamentais, setor privado e sociedade civil), e entre e em conjunto com países de renda baixa, média e alta”² (tradução nossa). Essas inter-relações são necessárias para consolidar os múltiplos meios de

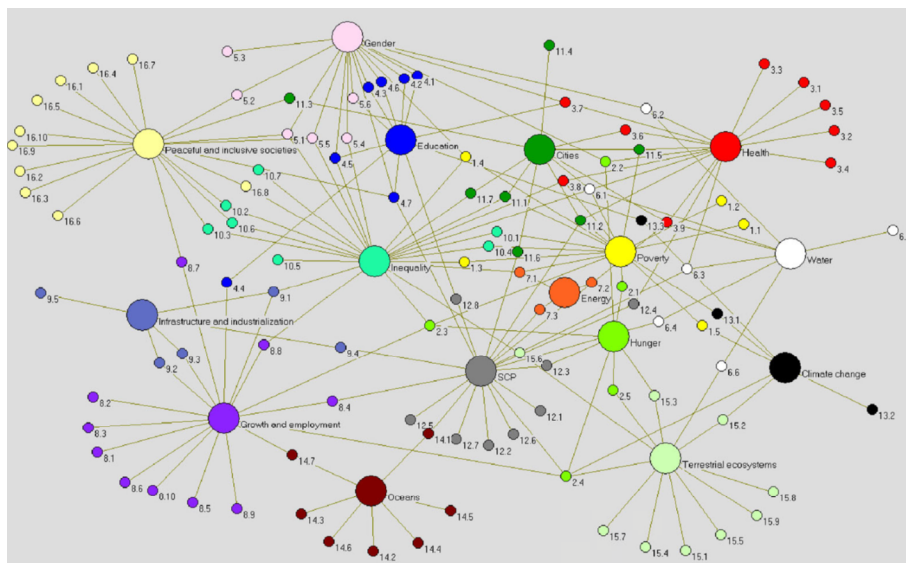
2 No original: “cross sectors (e.g., finance, agriculture, energy, and transport), across societal actors (local authorities, government agencies, private sector, and civil society), and between and among low, medium and high income countries” (STAFFORD-SMITH *et al.*, 2017, p. 911).

implementação da agenda, como o financiamento das metas, a tecnologia necessária, a capacitação, as questões comerciais, a política e coerência institucional, a parceria com múltiplas partes interessadas e o monitoramento e responsabilização das metas e dados (STAFFORD-SMITH *et al.*, 2017, p. 918).

Le Blanc (2015) vai além e faz um mapeamento das ligações entre os ODS por meio de áreas temáticas. Ele ressalta que seu mapeamento sugere uma estrutura “centro-periferia” dentro dos objetivos da agenda, em que os objetivos que representam o núcleo são intrinsecamente necessários para uma busca holística do resto da agenda. Eles se tornaram a pedra angular de outros objetivos e metas, que se tornam indivisíveis entre eles. Essa categorização cria o que o autor chamou de alvos principais e estendidos de cada objetivo. As metas principais são aquelas listadas na própria Agenda 2030, mas as metas estendidas são aquelas que estão indiretamente vinculadas a uma meta, embora originalmente definidas em outra meta da agenda. Essa forma de ver os ODS é extremamente relevante quando se discute novas perspectivas de desenvolvimento econômico porque mostra explicitamente que o processo de desenvolvimento não é determinado de forma restrita e tem múltiplas causas.

Uma característica interessante do mapeamento de Le Blanc (2015) que ele não assinala explicitamente é que os quatro objetivos mais interligados da agenda são todos econômicos por natureza. Os ODS 12, 10, 1 e 8, em ordem decrescente, são os que mais se conectam aos outros objetivos – com 14, 12, 10 e 10 ligações, em sequência. Esse recurso traz um *insight* relevante para a construção da Agenda 2030: sua perspectiva econômica é fundamental para todo o novo debate e representa o cerne da própria agenda. Se os países desejam ter sucesso na implementação dos ODS, eles precisam prestar muita atenção às variáveis econômicas e como integrá-las aos seus objetivos estendidos.

Figura 1 – Rede dos ODS, seus alvos principais e estendidos



Fonte: Le Blanc (2015, p.179).

Agora, é preciso sinalizar que muitas críticas têm sido feitas à centralidade da economia nas questões de desenvolvimento. Moore (2015, p. 805) afirma que esta nova abordagem é entendida a partir de um estado de colonização econômica. A partir dessa ideia, o autor questiona a validade de usar o crescimento econômico como meta normativa e universal sem levar em conta características próprias de cada sociedade e seus valores individuais.

Por outro lado, costuma-se argumentar também que o crescimento da renda é a principal causa da melhoria da qualidade de vida das populações nos países em desenvolvimento. Por esse motivo, a maioria das teorias econômicas vê o crescimento da renda como um indicador necessário, embora não suficiente, para interpretar o desenvolvimento (PERKINS *et al.*, 2013). Esse conceito parte da ideia de que o crescimento da renda é bom por definição sem considerar qual tipo de crescimento se está discutindo.

Além disso, Freistein e Mahler (2016) expõem claramente como o crescimento econômico, visto como um valor universalista, desempenha um papel ambivalente nessa discussão. Ao mesmo tempo em que se refere a uma tese hegemônica, refletindo a posição da Europa e dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento

econômico, também dá a oportunidade aos países pobres se apropriarem desse discurso e usá-lo como um ponto de defesa de sua autonomia.

Os autores mostram que esse paradoxo é explícito nos casos de (des)colonização, em que os países europeus criaram um conjunto universal de valores para justificar sua expansão e dominação de estados latino-americanos, africanos e asiáticos. Uma vez que esses valores de liberdade, igualdade e fraternidade são usados como universais, eles também poderiam ser usados contra as metrópoles para libertar as colônias e proporcionar-lhes melhores condições de vida (FREISTEIN; MAHLER, 2016). Essa dicotomia é percebida no paradigma de desenvolvimento econômico moderno, o qual vê o crescimento como uma meta universal de responsabilidade de todos os países, criando oportunidades para que as economias subdesenvolvidas também alcancem os demais ODS.

A partir disso, pode-se dizer que, embora o crescimento e as demais metas da Agenda 2030 sejam importantes para um compromisso internacional, os ODS precisam ser vistos como uma referência no debate internacional e não como um modelo de desenvolvimento único (MENEZES, 2019). Apenas a agenda é incapaz de proporcionar transformações relevantes e

longe de ser um marco dado e definido, [a agenda] é o resultado da economia política internacional do desenvolvimento [...] Por tanto, é pela utilização da agenda, sua evolução e sua interação com outras esferas de poder estrutural que se determinará sua capacidade para contribuir com a construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável³ (OSÉS; MARTÍNEZ, 2016, p. 98-99, tradução nossa).

Isso significa que os ODS, suas metas e indicadores, também devem passar por uma discussão nacional sobre qual projeto de desenvolvimento cada país deseja perseguir. Deve haver a politização do debate sobre o desenvolvimento para que cada sociedade defina suas prioridades, capacidades e obrigações. A Agenda 2030 é um grande marco nas bases do debate internacional sobre o desenvolvimento, mas não pode ser vista como suficiente para fornecer respostas universais. Como Fukuda-Parr, Greenstein e Stewart (2013) criticaram as metas dos ODM se tornando alvos de planejamento nacional, os ODS não deveriam cair no mesmo erro.

³ No original: "lejos de ser un marco dado y definido, es un resultado de la economía política internacional del desarrollo [...] Es por lo tanto la utilización de la agenda, su evolución y su interacción con otras esferas de poder estructural lo que determinará su capacidad para contribuir a la construcción de un mundo más justo, equitativo y sostenible" (OSÉS; MARTÍNEZ, 2016, p. 98-99).

Por fim, Saith (2007) aponta que a fórmula “globalização neoliberal + ODM = desenvolvimento” foi insuficiente na era pré-2015. Dessa forma, a próxima seção inicia a discussão de qual o papel dos Estados no desenvolvimento e na compatibilização dos ODS na agenda nacional de desenvolvimento econômico.

4 Estado, Política Industrial e Missões do Desenvolvimento

Política industrial sempre foi um tema polêmico. Desde os anos 1980, muitos estudiosos têm argumentado novamente contra a ação governamental nos mercados por acreditarem que estes são suficientes para entregar os melhores e mais eficientes resultados, enquanto o primeiro está sujeito a falhas sistemáticas e captura por *rentseeking*. No entanto, após a incapacidade do Consenso de Washington em proporcionar a industrialização global, o debate sobre as políticas industriais avançou não para uma questão de se elas deveriam ser usadas, mas de como elas deveriam ser projetadas (LABRUNIE, 2018).

Gadelha (2016) defende que a política industrial não deve ser vista como uma meta em si mesma, mas sim um meio para construir em um projeto nacional de desenvolvimento. Este projeto deve ser determinado politicamente e concebido para enfrentar as necessidades sociais e coletivas daquela sociedade. Vale ressaltar que esses desafios nacionais são historicamente determinados e altamente específicos ao seu contexto, o que revela a importância da economia política embutida no processo de determinação de prioridades.

Mazzucato e Penna (2016, p. 6, tradução nossa) apresentam uma abordagem semelhante para discutir políticas tecnológicas na construção do sistema de inovação brasileiro. Eles defendem o foco em uma estrutura orientada por missões, que podem ser definidas como “políticas públicas sistemáticas que miram na fronteira do conhecimento para alcançar objetivos específicos ou ‘*big science*’ para grandes problemas [*big problems*]”⁴. Essa nova perspectiva vai ao encontro da tese de Mazzucato (2014) de que o Estado tem um papel imprescindível no desenvolvimento dos sistemas nacionais de inovação e é responsável não só por estabelecer as bases do processo de inovação, mas também por ser ele próprio um agente inovador. O novo argumento que se acrescenta à sua tese anterior é a ideia

⁴ No original: “systematic public policies that draw on frontier [of] knowledge to attain specific goals or ‘big science’ deployed to meet big problems” (MAZZUCATO; PENNA, 2016, p. 6).

de que essas políticas públicas de inovação não são tomadas no vácuo e há um conjunto de problemas socioeconômicos (*big problems*) que poderiam ser enfrentados com políticas orientadas (MAZZUCATO, 2021).

No mesmo sentido da defesa de Gadelha (2016), uma perspectiva baseada em missões para pautar os investimentos e o processo de inovação é uma forma de legitimar as políticas industriais, em sentido amplo. Desse modo, a industrialização e a modernização da estrutura produtiva e técnica não são as metas finais, mas sim meios para satisfazer certas necessidades e demandas sociais. Essas perspectivas de desenho de políticas baseadas em missões (GADELHA, 2016; MAZZUCATO; PENNA, 2016; MAZZUCATO, 2021) destacam que os avanços tecnológicos não são exógenos, mas, sim, o resultado de processos endógenos de definição de prioridades. Qualquer política industrial ou tecnológica é o reflexo das preferências políticas nacionais, que são determinadas por variáveis e fatores não econômicos. A mudança estrutural e os paradigmas técnicos, nesse sentido, reconhecem que o desenvolvimento econômico e o crescimento não têm apenas uma taxa, mas também uma direção. Em última análise, essa orientação é definida na arena política, onde se institucionalizam.

Em síntese, alguns economistas brasileiros se basearam nessa forma de pensar política industrial e atuação do Estado para desenhar uma nova agenda de desenvolvimento social e humano (ROSSI *et al.*, 2018; DWECK; ROSSI, 2019). Eles utilizam a ideia de políticas baseadas em missões presente em Mazzucato e Penna (2016), Mazzucato (2021) e Gadelha (2016) para defender que a transformação da estrutura econômica deve ser acompanhada pelo estabelecimento de missões de desenvolvimento. A modernização da estrutura produtiva, que pode concentrar renda, fragilizar as relações do mercado de trabalho e piorar os indicadores sociais e ambientais, é substituída por uma mudança econômica voltada à superação de tais missões. Dessa forma, sua proposta é usar essas deficiências sociais como os próprios motores de crescimento (ROSSI *et al.*, 2018; DWECK; ROSSI, 2019).

No caso do Brasil, Rossi *et al.* (2018) sugerem dois grandes desafios nacionais que poderiam ser utilizados para impulsionar o crescimento: (i) redistribuição de renda por meio da consolidação do mercado interno e possibilitando ganhos de escala e eficiência produtiva; e (ii) provisão de bens e serviços públicos pelos efeitos

multiplicadores no curto prazo e a melhoria da qualidade de vida e produtividade no longo prazo. Mesmo que analisem explicitamente o cenário do Brasil, sua ideia de desenvolvimento social e humano pode ser frutífera para implementações nacionais em outros países em desenvolvimento (por exemplo, o caso do México em NIETO, 2017).

Em suma, missões do desenvolvimento seriam o resultado ativo da determinação de prioridades, a partir de um processo de análise amplo e crítico sobre as demandas sociais mais urgentes do país. O uso dessas deficiências históricas como direcionamentos para onde as políticas nacionais de investimento, inovação e tecnologia devem se voltar permite repensar o papel da política industrial no Século XXI, a qual ganha uma validação para além dela mesma. Ao usar a política econômica para responder a essas missões, como a redução da desigualdade e provimento de bens públicos, é possível se desenvolver de modo a tornar o crescimento econômico inclusivo e voltado aos direitos humanos (NOLAN; BOHOSLAVSKY, 2020; DAVID *et al.*, 2020; ROSSI *et al.*, 2020)

Resumindo, as três propostas apresentadas tratam do desenvolvimento como uma questão de direcionar e priorizar explicitamente a política industrial e tecnológica de um país em prol de um objetivo. O desenvolvimento econômico recupera sua configuração multideterminada que defendemos nas seções anteriores. A transformação produtiva não é vista como a meta final e outros fatores não econômicos podem ser reintroduzidos na discussão. É nesse cenário que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser de grande utilidade por fornecerem um conjunto complementar de referenciais para os quais um projeto de desenvolvimento nacional deve apontar.

5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Desenvolvimento Econômico

Os ODS, conforme discutido, podem ser vistos como um novo paradigma internacional para avaliar o desenvolvimento. Eles superaram muitas das deficiências dos ODM e melhoraram a agenda internacional sobre o tema. Os ODS foram elaborados ao longo de um processo de discussão muito mais plural e inclusivo do que os ODM e incorporam uma visão mais holística sobre o desenvolvimento

(FUKUDA-PARR, 2016). A introdução de novos objetivos ambiciosos faz com que a Agenda 2030 precise ser vista como uma rede interligada e os ODS como partes dessa estrutura complexa que não pode ser facilmente separada (LE BLANC, 2015). Portanto, a agenda cumpre o papel de reintroduzir o desenvolvimento como uma questão global, o que também difere da periferação do tema pelos ODM (SAITH, 2007).

Nesse sentido, por ser uma preocupação global, a Agenda 2030 estabelece o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (AGNU, 2015). Embora extremamente sutil, esse princípio ajuda a entender que, ainda que todos os países concordem com a estrutura dos ODS como uma lista de metas a serem alcançadas, a busca da agenda deve ser específica ao contexto e olhar para as capacidades e necessidades de cada país. A falta desse entendimento criou um grande problema com os ODM, pois muitos países usaram suas metas e indicadores como um planejamento de desenvolvimento sem considerações nacionais (FUKUDA-PARR; GREENSTEIN; STEWART, 2013). Osés e Martínez (2016) corroboram ao afirmar que os ODS são uma referência importante, mas estão longe de ser um projeto pré-definido e completo. Até mesmo a ONU afirmou no texto de estabelecimento da Agenda 2030 que: “Reconhecemos que existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável” (AGNU, 2015, p. 13-14).

Desta forma, a ideia de reintroduzir o debate sobre o desenvolvimento na arena política nacional vem ao encontro do que foi discutido na última seção sobre a necessidade de o desenvolvimento econômico ser direcionado para as necessidades e prioridades nacionais (FUKUDA-PARR; GREENSTEIN; STEWART, 2013). Uma política industrial orientada por missões nacionais deve reconhecer as especificidades de seu contexto, da mesma forma que os ODS devem ser orientados para as necessidades de cada país.

A Agenda 2030 é, então, apenas o ponto de partida. Isso se dá pois, nesta década, até que um novo paradigma de desenvolvimento seja estabelecido institucionalmente na sociedade internacional, os ODS serão usados como referência e como resposta a questões gerais de desenvolvimento. Isso significa que os países

podem, e argumenta-se que devem, usar os ODS e discuti-los de modo crítico para reinterpretar o que desse quadro deve ser revalidado nacionalmente. Esse processo de territorialização dos ODS vem sendo trabalhado na literatura, porém ainda de forma nebulosa quanto às questões práticas (MORTON *et al.*, 2017; GALVÃO; 2020).

A contribuição que o presente ensaio busca trazer é ao conectar o debate internacional de desenvolvimento, via ODS, à arena política nacional e de determinação de prioridades, as quais são caracterizadas como missões do desenvolvimento. Dito isso, os países em desenvolvimento poderiam se beneficiar ao usar os ODS, depois de interpretados de maneira crítica a realidade local, para promover o desenvolvimento econômico, foco deste ensaio. A multiplicidade dos ODS e sua complexidade também podem ser vistas como um guia para um projeto do desenvolvimento econômico nacional (FUKUDA-PARR; GREENSTEIN; STEWART, 2013). Cada objetivo da agenda pode ser interpretado como uma missão que a política industrial visa resolver ou promover. Assim, se inverte a lógica *top-down* da Agenda 2030, a qual deve ser instrumentalizada pelas demandas sociais de cada país, dando a oportunidade de enfrentar seus desafios históricos nacionais tomando a agenda apenas como ponto de partida.

Por exemplo, o terceiro ODS é “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (AGNU, 2015, p. 17). Esse objetivo dá atenção especial a um grande problema social que é a questão da saúde. Se fosse utilizada a necessidade de promover serviços de saúde de qualidade e se introduzisse esse problema no debate político nacional, os formuladores de políticas poderiam usar a falta de bons serviços de saúde pública para direcionar suas políticas industriais e de inovação. Dessa forma, o problema da saúde e a questão do desenvolvimento econômico seriam enfrentados simultaneamente. Enquanto se promovesse esses serviços, os impactos de curto prazo dos gastos do Estado elevariam a renda nacional por meio do efeito multiplicador e, no longo prazo, as pessoas teriam melhores serviços de saúde e qualidade de vida em geral, que melhoram a produtividade e afetam a trajetória de crescimento nacional (ROSSI *et al.*, 2018).

A questão da saúde é particularmente interessante, uma vez que existem estudos sobre como a mercantilização dos serviços sanitários criou a oportunidade

de desenvolver um complexo industrial nacional de saúde. Ainda que essa mercantilização possa ter determinados efeitos deletérios no provimento da saúde (ver, por exemplo, CORDILHA; LAVINAS, 2018), Gadelha (2003) defende que ela cria simultaneamente a possibilidade de encadeamento no sistema de saúde e a promoção da saúde pública como uma ótima forma de fomentar a industrialização e a transformação da estrutura produtiva por meio da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Ele ressalta que esse setor também é altamente inovador, o que cria grandes oportunidades de avanço técnico.

Além disso, também podemos olhar para outros ODS e derivar relações semelhantes. O sétimo objetivo é “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos” (AGNU, 2015, p. 21). O uso de energias renováveis e a promoção de negócios verdes não são bons apenas para o desenvolvimento econômico, mas também são uma forma de defender o meio ambiente das mudanças climáticas antropogênicas. Essa preocupação com o impacto das atividades humanas no clima é abordada especificamente na Agenda 2030 pelo ODS 13, que demonstra a interligação entre todos os objetivos e metas da agenda⁵. Com a promoção dessas atividades, a qualidade de vida é melhorada e os recursos naturais garantidos para as gerações futuras. Isso se conecta diretamente com o cerne da definição de desenvolvimento sustentável da ONU e é uma grande representação de como a Agenda 2030 trata o desenvolvimento em suas três dimensões: econômica, social e ambiental (AGNU, 2015).

Esta visão de desenvolvimento multideterminada e a complementaridade entre as demandas sociais e as perspectivas de crescimento econômico está no cerne da ideia do desenvolvimento baseado em missões, a qual poderia usar de forma crítica a Agenda 2030 como uma referência para orientar o plano de desenvolvimento dos países. Essa complexa malha de propósitos sociais e econômicos está no centro dos ODS e, ao reconhecer a interdependência desses objetivos, pode-se facilmente compreender que a própria agenda foi elaborada de forma que as variáveis econômicas estivessem sujeitas ao cumprimento das demais metas. O trabalho de Le Blanc (2015) sobre as conexões entre os objetivos e metas da agenda mostrou como os principais ODS econômicos (1, 8, 10 e 12) eram os que tinham mais

⁵ Há, todavia, autores que questionam a capacidade desse sistema de governança internacional lidar com questões climáticas como Pereira e Viola (2020) e Inoue *et al.* (2019).

conexões e as metas mais estendidas. Isso significa que, embora existam algumas questões econômicas intrínsecas, toda a agenda pode e deve ser utilizada como vetor de desenvolvimento econômico.

Os países também podem se beneficiar da estrutura institucional internacional criada para enfrentar esses desafios. O Fórum Político de Alto Nível (HLPF) foi estabelecido no mandato do documento de resolução da Rio+20 e atua como a principal estrutura institucional que acompanha a evolução dos ODS. A Agenda de Ação de Addis Ababa (AAAA)⁶ fornece uma estrutura global para o financiamento da Agenda 2030 e dos estados membros da ONU mandatados para a criação do Escritório de Finanças para Desenvolvimento Sustentável (FSDO). O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) está no centro da governança global das cooperativas econômicas e tem um fórum especial para o financiamento do desenvolvimento (Fórum FfD) (AGNU, 2015). Toda essa estrutura fornece suporte para as economias nacionais seguirem a agenda e atingirem os ODS.

Além disso, as economias em desenvolvimento poderiam se beneficiar ainda mais com o uso crítico e instrumental dos ODS em âmbito nacional. Além de a estrutura financeira e institucional ser um grande facilitador para a obtenção de recursos financeiros, esses países podem usar os ODS para serem introduzidos na fronteira do conhecimento. Isso se deve ao fato já mencionado de que toda a sociedade internacional está olhando para os mesmos temas e investindo nas mesmas áreas. Mesmo com discrepâncias de capacidades, alguns problemas devem ser tratados por todos os países (AGNU, 2015). É o caso do ODS 13, por exemplo. Muitos países estão tentando renovar sua matriz energética e, como já apontado, essa é uma área de grandes perspectivas de inovações e efeitos estruturais positivos (EATON, 2013).

Isso se torna especialmente relevante quando entendemos a divisão internacional do trabalho e como isso influencia as economias nacionais. As características hierárquicas do capitalismo são amplamente discutidas na literatura e, a partir disso, Gilpin (1987, p. 99, tradução nossa) destacou que “todo Estado, esteja ele certo ou errado, deseja estar o mais próximo possível do final inovador do ciclo produtivo,

⁶ Em específico, é interessante pontuar como a AAAA se difere do entendimento anterior dos ODM, que privilegiava a assistência financeira norte-sul, como apresentado na seção 2. A nova agenda reorienta o financiamento do desenvolvimento para a necessidade de recursos públicos, em especial bancos de investimento, diluindo a separação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (ORLIANGE; BARROS-PLATIAU; 2020)

onde se acredita estar localizado o maior ‘valor adicionado’⁷. No entanto, é importante destacar que essas atividades são classificadas de forma relativa. Eles não são em si melhores do que os outros, mas são classificados como tais em comparação. Evans (1995, p. 8, tradução nossa) esclareceu essa ideia ao pontuar que

O complô multidimensional de uma era pode se tornar o setor atrasado de outra. A partir dessa ideia, ‘desenvolvimento’ não é mais apenas uma trajetória local de transformação. Ele é também definido pela relação entre a capacidade produtiva local e uma mudança global de setores⁸.

Nesse sentido, um setor produtivo desempenha um papel único na história econômica por sua posição relativa à estrutura produtiva global. Certos setores que eram capazes de fornecer mudanças transformadoras no passado não podem mais fornecê-las. É o caso, por exemplo, da indústria têxtil e das indústrias de baixa base tecnológica. Foi um dos principais motores da primeira revolução industrial na Inglaterra, mas é difícil imaginar que hoje tal atividade teria o mesmo impacto transformador. É o que Reinert (2008) chamou de becos técnicos sem saída.

Os ODS resolvem esse problema ao fornecer um conjunto de metas que podem ser traduzidas em possibilidades industriais, as quais, uma vez que todos os países participem simultaneamente, são naturalmente vistas como setores líderes. A importância da posição relativa na divisão mundial do trabalho tende a criar uma estrutura centro-periferia e tentar se inserir na fronteira do conhecimento é uma forma de romper essa relação de dependência e desenvolver sua economia nacional (CHAVES *et al.*, 2020). A Agenda 2030 ajuda fornecendo uma *proxy* do que os esforços internacionais consideram ser a fronteira do conhecimento.

Como já mencionado, o ODS 13 é um exemplo óbvio desse problema. A revolução da energia verde é caracterizada por suas grandes possibilidades de inovação e está dentro de um dos objetivos centrais da Agenda 2030 (EATON, 2013). Essas metas representam como a fronteira do conhecimento é definida na comunidade internacional e, portanto, os ODS podem atuar como indicadores de muitas dessas questões globais. É o caso de outros objetivos da agenda, como a preocupação com o ODS 3, que aborda a perspectiva da saúde e abre a discussão

7 No original: “every state, rightly or wrongly, wants to be as close as possible to the innovative end of the product cycle where, it is believed, the highest ‘value added’ is located” (GILPIN, 1987, p. 99).

8 No original: “One era’s multidimension conspiracy may become another’s “lagging sector”. From this perspective, ‘development’ is no longer just a local trajectory of transformation. It is also defined by the relation between local productive capacity and a changing global array of sectors” (EVANS, 1995, p. 8).

para um complexo industrial nacional da saúde, o ODS 6, que trata da gestão da água e oferece possibilidades tecnológicas e de estudos em infraestrutura social e sanitária, e o ODS 11, que atenta para a revolução da urbanização e as inúmeras possibilidades de reestruturação econômica e social das fundações urbanas, apenas para citar alguns exemplos.

Nesse sentido, os países em desenvolvimento ganham muito se introduzirem esses objetivos em seu projeto de desenvolvimento nacional por uma série de razões: (i) se beneficiam de uma perspectiva multideterminada de desenvolvimento, cujo crescimento econômico pode ser alcançado ao mesmo tempo que os desafios nacionais são endereçados; (ii) eles se beneficiam de instituições internacionais que fornecem suporte para a implementação técnica dos ODS, bem como fornecem uma estrutura de financiamento para sua realização; e (iii) se beneficiam ao se inserirem na fronteira do conhecimento ao lidar com as mesmas questões técnicas, econômicas, sociais e ambientais do resto do mundo.

6 Conclusão

Hoje, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a estrutura de desenvolvimento mais amplamente aceita e discutida internacionalmente. Essa agenda visa consolidar múltiplas perspectivas de desenvolvimento e conectar seus três grandes pilares: o econômico, o social e o ambiental. No entanto, essa agenda não deve ser vista como uma estrutura final e definitiva para analisar essas questões. Em vez disso, essa ampla cobertura e falta de determinação estrita é uma das maiores conquistas da agenda: é possível estabelecer muitas correlações entre problemas globais como pobreza, saúde, desigualdade, desmatamento, esgotamento econômico e mudanças climáticas sem definir uma abordagem estreita de como resolvê-los.

A Agenda 2030 deve ser vista como uma referência que fornece insumos para a discussão do desenvolvimento, mas o planejamento de como atingir essas metas e resolver esses problemas é uma questão de orientação e planejamento nacional. Essa incorporação dos ODS na arena política nacional é o que torna a agenda tão importante. Isso ocorre porque todos os países estão envolvidos nas mesmas questões, mas têm a possibilidade de definir suas próprias prioridades e lidar com suas próprias capacidades para resolvê-las.

Essa perspectiva sobre o processo de desenvolvimento e sobre como os ODS devem ser discutidos nacionalmente oferece aos países subdesenvolvidos o potencial de superar sua condição defasada. As políticas econômicas e industriais são reintroduzidas no debate como forma de enfrentar os problemas presentes na Agenda 2030 ao mesmo tempo em que se concretiza o crescimento econômico, também apresentado em um ODS. Essa abordagem lembra que o crescimento econômico não só tem uma taxa, mas também uma direção. Essa direção, afinal, é o que determina sua qualidade e se está propiciando realmente o progresso social.

Nesse sentido, os ODS poderiam ser usados como *proxies* de como lidar com o duplo aspecto do crescimento econômico – que trata da necessidade de industrialização e de inovações tecnológicas e a necessidade de orientar essas mudanças para os desafios nacionais e demandas coletivas. A Agenda 2030 define um referencial, que oferece oportunidades para que os países subdesenvolvidos gerenciem suas políticas industriais nacionais na direção dessas metas. O engajamento na busca dos ODS também fornece apoio institucional e financeiro internacional para esse assunto e permite que esses países se introduzam na nova fronteira do conhecimento. Em suma, os ODS enriquecem a discussão sobre desenvolvimento econômico e têm muito a acrescentar – tanto em termos práticos, políticos, como teóricos.

Sustainable Development Goals: New Perspectives on Economic Development

Abstract: This essay aims to analyze what are the contributions of the Sustainable Development Goals to the international debate on development, especially in the context of developing countries. Based on a literature discussion, it is presented how the SDGs are intrinsically linked to each other and that their success depends on how countries will incorporate them in a national development plan (territorialization). For developing countries, it is argued that addressing economic issues at the same time that the SDGs are pursued offers an opportunity to unite sustainable, economic and social development. This approach makes it possible to incorporate the SDGs as missions for national economic policies.

Keywords: Sustainable Development Goals. 2030 Agenda. Economic development. Social development.

Referências

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). **Transformando nosso mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, set. 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

CHAVES, Catari *et al.* Innovation systems and changes in the core-periphery divide: notes on a methodology to determine countries' trajectories using science and technology statistics. **CEPAL Review**, Santiago, n. 130, p. 43-61, abr. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45975/RV130_Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 mar. 2021.

CORDILHA, Ana Carolina; LAVINAS, Lena. Transformações dos sistemas de saúde na era da financeirização. Lições da França e do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2147-2158, jul. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702147-&lng=pt&cnrm-iso. Acesso em: 09 abr. 2021.

DAVID, Grazielle. Human rights and fiscal policy: a necessary link. **World Economics Association**, Online, v. 10, n. 2, p. 2-4, maio 2020. Disponível em <https://www.worldeconomicsassociation.org/newsletterarticles/rights-and-fiscal-policy/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DOYLE, Michael W.; STIGLITZ, Joseph E. Eliminating extreme inequality: A sustainable development goal, 2015-2030. **Ethics & International Affairs**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 5-13, mar. 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ethics-and-international-affairs/article/abs/eliminating-extreme-inequality-a-sustainable-development-goal-20152030/013C79F9BBBE4DCD-FFE4A5348CEAE05F#>. Acesso em: 17 mar. 2021.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. In: CHILIATTO LEITE, Marcos Vinicius (org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro**: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44616-alternativas-o-desenvolvimento-brasileiro-novos-horizontes-mudanca-estrutural>. Acesso em: 10 abr. 2021.

EASTERLY, William. Can foreign aid buy growth?. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 17, n. 3, p. 23-48, jun./set. 2003. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/089533003769204344>. Acesso em: 17 mar. 2021.

EASTERLY, William Russell. **O Espetáculo do Crescimento**: aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EATON, Derek. Technology and Innovation for a Green Economy. **Review of European, Comparative & International Environmental**, Online, v. 22, n. 1, p. 62-67, abr. 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/reel.12020>. Acesso em: 17 mar. 2021.

EVANS, Peter B. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEHLING, Maya; NELSON, Brett D.; VENKATAPURAM, Sridhar. Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review. **Global Public Health**, Abingdon-on-Thames, v. 8, n. 10, p. 1109-1122, nov. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2013.845676>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FREISTEIN, Katja; MAHLERT, Bettina. The potential for tackling inequality in the Sustainable Development Goals. **Third World Quarterly**, Oxford, v. 37, n. 12, p. 2139-2155, maio 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2016.1166945>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FREY, Diane F.; MACNAUGHTON, Gillian. A human rights lens on full employment and decent work in the 2030 sustainable development agenda. **SAGE Open**, Thousand Oaks, v. 6, n. 2, p.1-13, jun. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244016649580>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Reducing inequality–The missing MDG: A content review of PRSPs and bilateral donor policy statements. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 41, n. 1, p. 26-35, jan. 2010. Disponível em: <http://sakikofukudaparr.net/wp-content/uploads/2016/06/Reducing-Inequality-The-Missing-MDG.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender&Development**, London, v. 24,

n. 1, p. 43-52, fev. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2016.1145895?journalCode=cgde20>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FUKUDA-PARR, Sakiko; GREENSTEIN, Joshua; STEWART, David. How should MDG success and failure be judged: Faster progress or achieving the targets?. **World Development**, Oxford, v. 41, p. 19-30, jan. 2013. Disponível em: <http://sakikofukudaparr.net/wp-content/uploads/2016/06/How-Should-Success-and-Failure-Be-Judged.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GADELHA, Carlos. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 521-535, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000200015. Acesso em: 17 mar. 2021.

GADELHA, Carlos. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. *In*: Lastres, Helena et al. (Orgs.). **O futuro do desenvolvimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 215-351.

GALVÃO, Thiago. A ordem internacional de 2030 e o futuro do desenvolvimento global. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, Brasília, v. 21, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32768>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

HARCOURT, Wendy. The millennium development goals: a missed opportunity?. **Development**, Online, v. 48, n. 1, p. 1-4, mar. 2005. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.development.1100117>. Acesso em: 16 mar. 2021.

INOUE, Cristina *et al.* Worlding global sustainability governance. *In*: KALFA-GIANNI, Agni *et al.* (orgs). **Routledge Handbook of Global Sustainability Governance**. Abingdon: Routledge, 2019. p. 93-106.

LABRUNIE, Matheus L. **Políticas Industriais na Era da Manufatura Avançada: uma comparação internacional**. 2018. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e Tecnologia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, Online, v. 23, n. 3, p. 176-187, abr. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sd.1582>. Acesso em: 17 mar. 2021.

LIVERMAN, Diana. Geographic Perspectives on Development Goals: Constructive Engagements and Critical Perspectives on the MDGs and the SDGs. **Dialogues in Human Geography**, Online, v. 8, n. 2, p. 168–185, jul. 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2043820618780787>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **Mission Economy: A Moonshot Guide to Changing Capitalism**. New York: Harper Business, 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal. Sumário Executivo, **CGEE**, Brasília, mar. 2016. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/1774546/Sistema_Brasileiro_de_Inovacao-Mazzucato_Penna-Sumario_Executivo.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

MENEZES, Henrique Z. Apresentação e Introdução. In: MENEZES, Henrique Z. (Org). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 7-19. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/581/582/3044-1>. Acesso: 17 mar. 2021.

MOORE, Henrietta L. Global prosperity and sustainable development goals. **Journal of International Development**, Oxford, v. 27, n. 6, p. 801-815, ago. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.3114>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MORTON, Stephen *et al.* Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation: A national global framework for health, development and equity needs a systems approach at every level. **British Medical Bulletin**, Online, v. 124, n. 1, p. 81-90, dez. 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/bmb/article/124/1/81/4563457>. Acesso em: 11 abr. 2021.

NIETO, Alejandra. Crecimiento económico e industrialización en la Agenda 2030: perspectivas para México. **Problemas del Desarrollo**, Ciudad de México, v. 48, n. 188, p. 83-112, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362017000100083. Acesso em: 17 mar. 2021.

NOLAN, Aoife; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. Human rights and economic policy reforms. **The International Journal of Human Rights**, Online, v. 24, n. 9, 1247-1267, out. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642987.2020.1823638?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ORLIANGE, Philippe; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. From Monterrey to Addis Ababa and beyond: a new global framework for public finance for sustainable development?. **Carta Internacional**, Online, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1046>. Acesso em: 10 abr. 2021.

OSÉS, Pablo Martínez; MARTÍNEZ, Ignacio Martínez. La agenda 2030: ¿cambiar el mundo sin cambiar la distribución del Poder?. **Lan Harremanak**, Online, n. 33, p. 73-102, 2016. Disponível em: https://ojs.ehu.eus/index.php/Lan_Harremanak/article/view/16094. Acesso em: 16 mar. 2021.

PEREIRA, Joana. VIOLA, Eduardo. Climate Multilateralism Within the United Nations Framework Convention on Climate Change. **Oxford Research Encyclopedia of Climate Science**, ago. 2020. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <https://oxfordre.com/climatescience/view/10.1093/acrefore/9780190228620.001.0001/acrefore-9780190228620-e-639>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PERKINS, Dwight *et al.* **Economics of development**. 7ª ed. New York: WW Norton & Company, Inc., 2013.

REINERT, Erik. Development and social goals: Balancing aid and development to prevent ‘Welfare Colonialism’. In: OCAMPO, José Antonio et al. **Policy Matters: Economic and Social Policies to Sustain Equitable Development**. London: Zed Books, 2007. p. 192-221.

REINERT, Erik. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ROSSI, Pedro *et al.* Desenvolvimento social e estrutura produtiva. GT Economia. **Caderno de Debates 3 Projeto Brasil Popular**, São Paulo, p. 22-36, mar. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2020/09/DesenvolvimentoSocialEstruturaProdutiva.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ROSSI, Pedro *et al.* Política fiscal, desigualdades e direitos humanos. In: DWECK, Esther *et al.* (orgs.). **Economia Pós-Pandemia**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 23-38.

SACHS, Jeffrey D. From millennium development goals to sustainable development goals. **The Lancet**, London, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, jun. 2012. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)60685-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60685-0/fulltext). Acesso em: 17 mar. 2021.

SAITH, Ashwani. Goals set for the Poor, Goalposts set by the Rich. **International Institute of Asian Studies Newsletter**, Leiden, v. 45, p. 12-13, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.iias.asia/the-newsletter/article/goals-set-poor-goalposts-set-rich-millennium-development-goals-dumbing-down>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SAIZ, Ignacio; DONALD, Kate. Tackling inequality through the Sustainable Development Goals: human rights in practice. **The International Journal of Human Rights**, London, v. 21, n. 8, p. 1029-1049, jul. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2017.1348696?journalCode=fjhr20>. Acesso em: 17 mar. 2021.

STAFFORD-SMITH, Mark *et al.* Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. **Sustainability Science**, Minato, v. 12, n. 6, p. 911-919, jul. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-016-0383-3>. Acesso em: 17 mar. 2021.

UNITED NATIONS (UN). **The Future we want**. Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development. Jun. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT GROUP. **The Global Conversations Begins: emerging views for a new development agenda**. 2013. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//noticias/2013/03/global-conversation-begins-web.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.